

# Um endividamento forçado

O ministro das Minas e Energia revelou na Câmara Federal que a dívida externa das empresas vinculadas a sua Pasta se eleva a US\$ 18,7 bilhões, 20,4% dos compromissos globais do Brasil com a comunidade financeira internacional. A primeira vista, esses números impressionam, pela concentração de tantos débitos em apenas algumas poucas empresas. Deve-se considerar, no entanto, que nesse total estão incluídos US\$ 3,5 bilhões para as compras de petróleo.

Por outro lado, grande parte desse endividamento feito pelo setor de energia não beneficiou as empresas que nele operam. Tais companhias serviram antes como captadoras de recursos destinados a pagar o serviço da dívida externa nacional, o que explica o aumento do endividamento a partir de setembro de 1982.

Quando se examinam esses casos, verifica-se que há alguns de grave abuso, que acarretaram vultosos prejuízos a médio prazo à economia. Trata-se de compras feitas por empresas de energia elétrica antes que as obras as tornassem necessárias — e isso por pressão do governo federal, que se servia dos financiamentos no mercado internacional para carrear dólares para o Brasil. Tal fato ocorreu principalmente em São Paulo, tendo a Cesp assinado contratos para a aquisição de equipamentos destinados às usinas de Rosana, Taquarucu, Porto Primavera e à energização da barragem de Três Irmãos, totalizando 35 unidades geradoras que já estão chegando e vão sendo estocadas nos próprios canteiros de obra.

Essas usinas, porém, só estarão concluídas em 1990, com um atraso mínimo de cinco anos, simplesmente porque se pretendeu esquecer que nesse período entraria em operação a usina hidrelétrica de Itaipu, cujo custo de investimento é da ordem de US\$ 16 bilhões e começa a gerar energia a partir deste mês. Itaipu atenderá plenamente à demanda nacional, pelo menos até 1990.

Em consequência desse erro (que só pode ter sido premeditado, pois ninguém poderia ignorar a construção de Itaipu...), a atual administração da Cesp está às voltas com uma dívida externa da ordem de US\$ 1,5 bilhão e compromissos com empreiteiras que se elevam a mais de Cr\$ 1 trilhão. O mesmo esquema — se é que se pode chamar assim — foi utilizado pelos coordenadores da política econômica para a compra de turbinas para as

usinas de Itaparica, previstas para 1991, e Xingó, sem data marcada sequer para início de operação, ambas no Nordeste...

Mas todo o equipamento estrangeiro foi adquirido com financiamentos externos, cujos contratos destinam uma parte de recursos em dólares para serem livremente utilizados pelo governo brasileiro — e foram empregados para cobrir os juros da dívida externa. A concentração de empréstimos na área de energia explica-se, também, pela grande aceitação e credibilidade que esses projetos ainda hoje têm no Exterior. Isso se deve também à existência, nos principais países industrializados, de uma avançada indústria de equipamentos (que compete com a nacional) à disponibilidade de recursos financeiros nos próprios sistemas bancários e ao elevado desemprego que leva os governos a forçar empréstimos aos países devedores, desde que, ao mesmo tempo, realizem compras no parque industrial correspondente à fonte de recursos.

Com isso, os "administradores" brasileiros anteciparam projetos e compras, aumentaram o endividamento das empresas para gerar dólares destinados a pagar o serviço da dívida e criaram emprego nos países credores. Hoje, essas empresas, como a Cesp, estão às voltas com o Banco Central para conseguir autorização para continuar rolando a dívida assumida na compra de equipamentos que só irão utilizar no fim da década e que poderiam ter sido adquiridos depois de 1986.

Outro aspecto grave que não foi analisado pelo sr. César Cals é o endividamento interno. De um total de Cr\$ 173 bilhões de dívidas atrasadas junto às indústrias nacionais de equipamentos, pelo menos Cr\$ 90 bilhões são do setor de energia elétrica. E a dívida global com empreiteiras, também nessa área, é superior a Cr\$ 400 bilhões, sobre os quais incidem juros e correção monetária na maioria dos casos.

Os novos contratos — quando existem — para a indústria de equipamentos absurdamente já não mais incluem esta cláusula para os atrasos de pagamento. Esses números mostram o descalabro a que foi levado um setor que até há alguns anos tinha um mínimo de dívida e funcionava como um exemplo a outras áreas da atividade estatal.

É o fruto da "sabedoria dos administradores", que tudo sacrificaram para conseguir dólares a qualquer custo.

9 MAI 1984